

PREFÁCIO DO LIVRO
OS CAMINHOS DA SOCIAL-DEMOCRACIA EUROPEIA
de
António José Avelãs Nunes

António José Avelãs Nunes, o notável Professor Catedrático de Economia Política na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em *Nota Prévia* à obra *Do capitalismo e do Socialismo*, publicada em Coimbra pela revista *Vértice* e pela Atlântida Editora, nos idos de 1972, comunica aos leitores que a decisão de retomar a análise, então mais detalhada, de alguns pontos que versavam sobre questões em discussão a floradas no debate com o Prof. Jan Tinbergen (Prêmio Nobel de Economia em 1969), a par da sua importância, situava-se “apenas no animado propósito de ‘ser útil aos leitores [da Revista *Vértice*], no esforço de clarificação ideológica em que estarão empenhados” (p. V-VI).

Quase meio século depois, quando se apresenta nova oportunidade de mais esta edição, Avelãs Nunes mantém, para o alento de todos, seu animado propósito de outra vez mais ‘ser útil aos leitores’. Se outrora se considerava tão só um jovem desconhecido, sua impactante e relevante trajetória acadêmica o elevou ao júbilo do reconhecimento público, por indiscutível mérito, testemunhado pelas dezenas de obras escritas e publicadas.

De toda sorte, a irrefutável comprovação de seu emérito saber se exprime notadamente no que considerou como lições de *humildade científica*, as quais teriam calado fundo no seu espírito universitário – fazendo referência agora sobre o então consagrado professor recém-galardoado com o Prêmio Nobel, Jan Tinbergen –, devidamente introjetadas, reproduzidas e disseminadas como marca indelével em cada uma de suas obras.

A vida, certamente, pode lhe ter sido pródiga, mãe generosa, como confessado. Mas o conhecimento não lhe fora uma dádiva. Nem fora agraciado por alguma benevolência com sua extraordinária capacidade de dar lições, quer em sala ou nos livros, ministradas com máxima clareza, extrema objetividade e excelente didática, sem prejuízo da profundidade e da crítica. Suas notáveis qualidades são frutos de árduo e constante labor: na pesquisa como investigador ou nos estudos da história das ideias econômicas e do pensamento econômico. Reverenciado pela sapiência e erudição, ao mesmo tempo temido pelo rigor e exigência. O tratamento era mantido em equidade, pois a mesma

dedicação e seriedade que traçam sua conduta como professor, são exigidas de cada um dos seus alunos. Em cada ato, aula ou escrito, comparece o compromisso renovado em pensar, de maneira crítica, para propor um mundo melhor.

Sua humildade enaltece a sapiência. Na *Nota Prévia* que acompanha a presente edição, o reconhecimento que veio em ato apresentado pela via do agradecimento, ao Prof. Jan Tinbergen, estaria a pagar uma (suposta) dívida. No entanto, atribuir créditos acadêmicos não implica dívidas, embora testemunhe o caráter preche de retidão de conduta.

A decisão de renovar seus escritos e compartilhar com os leitores o saber, para além da face altruísta do seu ser, traduz em certa medida a paciência própria dos docentes. Afinal, ser (e não estar) professor é mais do que uma função: é um *lugar*, de todo privilegiado, de quem se permite repetir mais e mais, metido sempre na sua fala, lições capturadas na solidão dos estudos, a todos os integrantes da sociedade contemporânea que não aprenderam bem e se deixam derrotar, abandonando as promessas nunca cumpridas de um Estado de Bem-estar, democrático no projeto, social no fundamento, jurídico na regulamentação e devedor da maioria da população. Aprender, sempre e para sempre.

Trata-se de um círculo virtuoso que se completa; não obstante, voltar à obra do passado não é repetir as mesmas palavras, senão renovar o conteúdo, ressignificando-o. *Os descaminhos da social-democracia europeia* pode ser visto, neste aspecto, como uma obra em síntese, de glória acadêmica do pensamento crítico do autor, já exposto em tantos outros registros.

O livro como um todo é obra-mestra. O autor é um encantador e a leitura profícua e instigadora. Todos (com)provarão. Por ora tão somente alguns pontos que aqui seguem em pinceladas, merecedores de destaque com o único escopo de instigar a leitura, porquanto corroboraram o impacto e importância da obra, hoje.

Ao dialogar com Avelãs Nunes na leitura desta obra de pronto abre-se uma janela de oportunidades para melhor compreender os (des)caminhos tomados pela social-democracia europeia. Ao tempo da publicação na década de 70, como ressalta o autor, o Estado Social, que era a principal bandeira das sociais-democracias, vinha criticado pela esquerda marxista por ser considerado um expediente para salvar o capitalismo, apresentado como uma “solução de compromisso” ou “evolução na continuidade”. Como uma reforma ‘gatopardesca’, mudar para permanecer tudo igual, “mudar alguma coisa para salvar o essencial”.

Mantinha-se o propósito de “atenuar as contradições do capitalismo, ‘anestesiarem os contestatários e afastar os riscos de rupturas revolucionárias”. Pautas socialistas e sociais-democratas não são evoluções de um capitalismo ou a confirmação de uma “democratização do capital”. Neste trilhar, a social-democracia europeia, no início dos anos 1970, exprimia caráter não revolucionário da teoria keynesiana – nem anti-capitalista, nem socialista –, que se constituía apenas como uma solução para atenuar as contradições do capitalismo e assim mantê-lo na sua essência. Seria o “único meio de evitar uma completa destruição das instituições econômicas atuais e a condição de um feliz exercício da iniciativa privada”.

Nunca se chegou a um socialismo propriamente dito na Europa: este específico modelo de produção não se fez realidade. Trata-se de um sistema econômico e social caracterizado pelo pertencimento à coletividade ou ao Estado dos meios de produção (propriedade social dos meios de produção), como muito bem explicado por Avelãs Nunes em *Os sistemas económicos* (Coimbra: Almedina, 1994, p. 212 e seguintes). Desta forma, pressupõe a própria negação do capitalismo, cuja essência é a propriedade privada dos meios de produção e o recurso ao trabalho assalariado.

Uma breve análise histórica europeia comprova que os partidos socialistas e sociais-democratas e seus programas reformistas cingiram-se a proceder reformas graduais na sua estrutura; e nos processos de nacionalização houve-se por bem colocar o setor empresarial do estado ao serviço dos lucros privados. Eis o sucesso do capitalismo europeu do pós-guerra.

A teoria da convergência dos sistemas, um misto revelador de um capitalismo socializado, é mais um puro discurso ideológico. A “revolução dos gerentes”, detentores de um pretense *poder sem propriedade*, findou; e as grandes empresas mostram a sua fidelidade de sempre aos interesses dos grandes acionistas, reforçando o objetivo de angariar lucros elevados, ainda que para tal seja necessário recorrer à fraude em grande escala.

Assim se seguiram os escândalos da “nova economia”, exemplos de fraudes em grande escala e práticas criminosas (março de 2000), como se depreende do ocorrido na ENRON, WorldCom, Tyco, que desvelam o mito da eficiência dos mercados financeiros regulados. No Brasil, para ficarmos apenas com um, apontamos para o caso Odebrecht.

Desde a publicação de *Do capitalismo e do socialismo* (1972), “mudaram-se os tempos e mudaram-se as vontades”: a social-democracia europeia abandonou os

trabalhadores e renunciou à luta de classes, tendo-se transformado numa *esquerda supérflua*.

O resultado da neoliberalização da social-democracia, como ressalta o autor, é a substituição do *Consenso Keynesiano* pelo *Consenso de Washington*, assumindo o capital financeiro a supremacia sobre o capital produtivo e o protagonismo na história do pensamento econômico. Inverte-se o sentido das políticas públicas, as quais passam a ser executadas em favor do capital.

Aliás, o combate ao pensamento neoliberal sempre encontrou espaço profícuo nos escritos de Avelãs Nunes, e é fonte imprescindível para quem queira tratar do tema: *O Keynesianismo e a Contra-revolução Monetarista*, Coimbra, 1991 (separata do *Boletim de Ciências Económicas*), livro reeditado em 2016 (Lisboa, Editora Página a Página, com uma *Nota de Apresentação* do autor); *Neo-liberalismo, globalização e desenvolvimento econômico* (Coimbra: Coimbra Editora, 2002); *Neoliberalismo e direitos humanos* (Lisboa: Editorial Caminho, 2003); *A Constituição europeia: a constitucionalização do neoliberalismo* (Coimbra: Coimbra Editora; São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007); ou, mais recentemente, em *O neoliberalismo não é compatível com a democracia* (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016).

Em verdade, em se tratando de neoliberalismo, nunca é demais se posicionar contrariamente. Apresentam-no como um “sistema libertário, que dispensa o estado”, acarretando regressão das “concepções atomísticas da sociedade”, em que se pressupõem indivíduos livres e iguais em direitos na busca de um bem comum. Como adverte o autor, esta é uma postura “amiga do capital”, uma concepção que subjaz à “ditadura do grande capital financeiro”.

Há de se agregar, então, o esvaziamento da democracia e a prevalência do mercado: “o estado capitalista pode vestir-se e armar-se de novo como estado fascista, sem máscaras”.

É imperioso notar, como ressalta o autor, que os partidos da social-democracia europeia abandonaram a sua matriz ideológica originária e, dando as costas ao legado keynesiano, presentificaram a conversão ao neoliberalismo. Passa-se a adotar políticas de privatização dos serviços públicos, a impor a marginalização dos sindicatos, a proceder reformas precarizantes dos mercados de trabalho, flexibilizadoras dos direitos dos trabalhadores e destruidoras dos sistemas de seguridade social. Os tratados da União Europeia seguem o manual do conservadorismo (do neoliberalismo mais radical), deixando à margem qualquer compromisso com o emprego.

Políticas de austeridade, que minam o estado social, seguem os passos dos argumentos falaciosos da insustentabilidade financeira e acarretam o empobrecimento dos povos. Por outro lado, desconsideram constituições e tratados internacionais. A crise estrutural do capitalismo não é nem a crise do neoliberalismo, nem a da deficiência da regulação, tampouco a de costumes que decorre da falta de ética do setor financeiro, ou a do excesso dos mercados: é uma opção política, tomada em tempos de parca legitimidade democrática.

A indagação que introduz o último capítulo: “O que fazer com esta Europa?” é, a bem da verdade, a pergunta que todos, cidadãos do mundo, fazem a si mesmos, hoje. O que fazer com este mundo? Que Europa é esta ou que Brasil é este? Que países são estes em que partidos de extrema-direita são levados ao êxito eleitoral, partidos socialistas e sociais-democratas são eliminados?

Poderia alguém afirmar que mais importante do que as respostas são as perguntas, se esse alguém, desde que esse alguém, não conhecesse o fenômeno que leva o nome António José Avelãs Nunes. Todos que um dia tiveram a felicidade de conhecer seu pensamento, sua pessoa, sua obra, têm absoluta convicção de que somente ele teria as respostas corretas.

Cabe agora ao leitor a descoberta. Quem ler, saberá. É como se fosse um prêmio.

Das utopias

Se as coisas são inatingíveis...ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!

Mario Quintana

Aldacy Rachid Coutinho

Profa. Dra. Titular de Direito do Trabalho da UFPR, aposentada.
Professora da UNIVEL e da Faculdade Damas, Recife

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Prof. Dr. Titular de Direito Processual Penal da UFPR, aposentado.
Professor do PPGD-PUCRS e da Faculdade Damas, Recife